

DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições, CONSIDERANDO - proposta do Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, formulada em face da inquietação produzida pelo recrudescimento de rebeliões em estabelecimentos do Sistema Penitenciário Nacional; CONSIDERANDO ter solicitado ao Departamento Penitenciário Federal urgentes providências relacionadas com a necessidade de coibir esses recentes atos de violência, RESOLVE aprovar o relatório do Diretor do Departamento Penitenciário Federal, apresentado em sessão ordinária desta data, a fim de que a implementação das medidas nele sugeridas possa evitar ou reduzir as revoltas que vêm suscitando graves preocupações ao País. PIO SOARES CANEDO - Presidente - CNPP". Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RICARDO ANTONES ANDREUCCI que trouxe ao Conselho os seguintes assuntos: 1) - Baseando-se na superpopulação carcerária existente no País e principalmente no Estado de São Paulo, na quase inexistência de assistência judiciária, na violação dos direitos humanos dos presos e na necessidade de fixação e unificação das penas, sugeriu ao Conselho a possibilidade da criação de um Corregedor Administrativo no Sistema, à semelhança de um "OMBUDSMAN", que poderia captar as necessidades dos presos, bem como, a forma em que são tratados, podendo assim, garantir melhor a liberdade individual de cada qual. Mencionada sugestão recebeu ponderações dos Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, ANTÔNIO ZAPPALÁ e EVERARDO DA CUNHA LUNA, no sentido da amplitude da medida e possíveis implicações de ordem legislativa, bem como formação e treinamento desse elemento. À vista dessas ponderações e da inovação emergente da proposta, o tema voltará a ser apreciado em outra oportunidade. 2) - Com relação a Moção nº 315 de 1980, de autoria do Deputado FRANCO BARUSELLI, Assembleia Legislativa de São Paulo, postulando urgentes providências no sentido de coibir entraves burocráticos que dificultam esclarecimentos quanto a ocultação de verdadeiros culpados, o Senhor Conselheiro RICARDO ANTONES ANDREUCCI, emitiu parecer demonstrando que os aludidos entraves representam a um regime normativo vencido pelo tempo e que, a única forma de superá-lo seria através da vigência da reforma do Sistema Penal Brasileiro. 3) - Sobre a solicitação contida da Indicação nº 291/80, oriunda da Câmara Municipal de Guarujá-SP, sugerindo a realização de estudos que visam a Reformulação do Sistema Penitenciário com a participação de vários seguimentos da Sociedade, o Senhor Conselheiro, mais uma vez, opinou pela vigência dos novos diplomas contidos na reforma do Sistema Penal Brasileiro. 4) - Como relator do futuro projeto de criação de uma FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO, o Senhor Conselheiro RICARDO ANTONES ANDREUCCI enfatizou que o trabalho do preso tem natureza jurídica diversa do trabalho do homem livre, e por isto, inserido em outro contexto, condição singular da futura instituição. Auxiliado pelo advogado MARCELO AMARAL, da FUNAP de São Paulo apresentou para apreciação do Egrégio Conselho, os objetivos que poderão ser adotados para essa fundação. "Art. - A Fundação terá por objeto, contribuir para a recuperação social do preso e para a melhoria de suas condições de vida, através da elevação do nível da sanidade física e moral e do adiestramento profissional, propondo-se para tanto a: I - Concorrer para a melhoria do rendimento do trabalho executado pelos presos. II - Pesquisar novos tipos de trabalho para o preso, compatíveis com a sua situação na prisão, dando ênfase a atividades de desempenho viável após sua liberação. III - Promover estudos visando à seleção vocacional e o aperfeiçoamento profissional do preso. IV - Colaborar, a nível federal com o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, e a nível estadual com as Fundações instituídas com objetivos afins, na solução de problemas de assistência médica, moral e material ao preso e à sua família. V - Concorrer para o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho, com vistas à melhoria qualitativa e quantitativa da produção dos presídios, com a elaboração de planos especiais para as atividades industriais, agrícolas e artesanais, visando à comercialização do respectivo produto, com sentido empresarial. VI - Promover estudos e pesquisas relacionados com seus objetivos e sugerir, se for o caso, aos poderes públicos competentes, medidas necessárias ou convenientes para atingir suas finalidades. VII - Apoiar as entidades públicas ou privadas que promovam ou incentivem a formação ou aperfeiçoamento de pessoal penitenciário. VIII - Desempenhar outros encargos que visem à consecução de seus fins. Art. - A fundação atuará diretamente ou, a nível federal, através do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça e, a nível estadual, através das Fundações instituídas com objetivos afins, mediante convênios, contratos ou concessão de auxílio. § único - Nos Estados onde houver Fundação instituída com objetivos afins, a FUNAMPRE atuará através dos organismos oficiais a que estão subordinados os estabelecimentos penitenciários". Ao concluir, o Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, indagou ao relator se essa Fundação estaria ligada funcionalmente ao DEPEN ou se teria autonomia própria - Antes de responder, tendo em vista a importância do tema e a exigência do tempo o Senhor Presidente propôs que a discussão dessa matéria ficasse para próxima reunião. Antes de encor-

rar a sessão o Senhor Presidente facultou a palavra para assuntos extra-pauta, inscrevendo-se inicialmente o Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO que relatou ao Conselho sobre contatos mantidos com a Meritíssima Juíza de Execução Penal do Estado de Bahia, oportunidade em que sugeriu fosse enviado convite à aquela autoridade, a fim de que pudesse expor ao CNPP o seu desempenho, bem como as lacunas do Sistema que lidera. Embora acolhida a sugestão, ficou condicionada à consideração da autonomia estadual e à publicação do Anteprojeto da Lei de Execução Penal, que sem dúvida, facultará aos Juizes da área, maior amplitude de ação. Pelo Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI foi dito que encaminhava o Curriculum Vitae do Professor FRANCO FERRACUTI, o qual demonstrou ao Professor PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR que o seu interesse em residir no Brasil é naturalizar-se cidadão brasileiro. Esclareceu ainda o Senhor Conselheiro que o Professor FERRACUTI, demonstrou empenho em que o mencionado Curriculum Vitae chegasse ao conhecimento do Exmº Sr. Ministro da Justiça. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, vai a presente Ata assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

Processo nº: 0168-006863/80

Interessado: UNIÃO FEDERAL (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA)

Assunto: Operação de crédito interno, no valor de 328.144,52 (ORTN) (Cr\$ 526.012.384,11), a ser celebrada entre a UNIÃO FEDERAL e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, na qualidade de administradora e gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, na forma da Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975, modificada pelas Leis nºs 6.590, de 16 de novembro de 1978 e 6.841, de 03 de novembro de 1980, destinada à realocação de parte do conjunto Educacional da Escola Técnica Federal de Pernambuco.

Despacho: APROVO o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Com fundamento na Lei nº 6.263, de 18 de novembro de 1975, alterada pelas Leis nºs 6.590, de 16 de novembro de 1978 e 6.841, de 03 de novembro de 1980, autorizo a contratação. Ao Ministério da Educação e Cultura caberá adotar as providências para assegurar a existência de recursos orçamentários para atendimento dos compromissos decorrentes da operação.

Encaminhe-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências complementares.

Brasília, 25 de maio de 1982.

ERNANE GALVEAS
Ministro da Fazenda

Processo nº: 0168-001036/81-19

Interessado: SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE- SUNAMAM

Assunto: Operação de crédito externo, no valor global equivalente a até Sfr. 17.000.000 (dezessete milhões de francos suíços) a ser celebrada entre a Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM e o Swiss Bank Corporation, de Zurique, Suíça, com garantia da União Federal, e destinada a financiar o Programa Permanente de Construção Naval, a cargo da SUNAMAM.